

APRESENTAÇÃO

RELAÇÕES RACIAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): POTENCIALIDADES, LIMITES E DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DAS LEIS Nº10.639/03 E Nº11.645/08

CARLA LIANE NASCIMENTO DOS SANTOS*

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3964-5802>

ADILSON MENESES DA PAZ**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7217-2157>

LUIS CARLOS FERREIRA DOS SANTOS***

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0514-5324>

Este dossiê trata da temática das Relações Étnico-Raciais na Educação Básica, especificamente na modalidade da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, revelando a partir dos textos produzidos as potencialidades, limites e desafios para a implementação das Leis Nº 10.639/03 e Nº 11.645/08, para esta modalidade, no contex-

to brasileiro. Muitas questões ainda surgem, passados mais de vinte anos da conquista da aprovação da Lei 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, instituída a partir do Parecer do Conselho Na-

* Professora Titular do Departamento de Educação (DEDC- I) da Universidade do Estado da Bahia- UNEB, Doutora em Ciências Sociais (UFBA), com Mestrado e Bacharelado em Ciências Sociais (UFBA). É Especialista em Direito Constitucional dos Afro-descendentes (UNEB). Formação em Gestão Universitária pela Royal Roads University- Canadá. Professora Permanente do Programa de Mestrado Profissional Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação (Gestec)- UNEB, atuando na área de concentração de Gestão da Educação e Redes Sociais, Professora Permanente do Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos - MPEJA (UNEB), atuando na Linha Educação, Trabalho e Meio Ambiente. Lidera os grupo de pesquisa: Interculturalidades, Gestão da Educação e Trabalho- INTERGESTO e SANKOFA: Negritudes, Pan-Africanismo, Interculturalidades e Subalternidades, ambos Certificados pelo CNPQ. Pesquisadora associada ao Centro de Pesquisa em Educação e Desenvolvimento Regional - CPEDR da UNEB. E-mail: clsantos@uneb.br

** Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento pela Universidade Federal da Bahia (2019). Mestrado em Educação - Université du Québec à Chicoutimi (2004) e Graduação em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (1996). Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Atua como pesquisador nos seguintes temas: filosofia, educação, religiões afrobrasileiras, umbanda. E-mail: adilsonpaz@ifba.edu.br

*** Doutor em Difusão do Conhecimento, Programa de pós-Graduação em Difusão do Conhecimento, Universidade Federal da Bahia. Mestre em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, UFB. Graduado em filosofia. Professor do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). É Sócio fundador e pesquisador do grupo de pesquisa Rede Africanidades – UFBA. Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e indígenas (NEABI/UEFS). Membro da Diretoria Sofie (Sociedade Brasileira de Filosofia da Educação) Gestão 2022-2024. E-mail: lcsantos@uefs.br

cional de Educação (CNE) Nº 03/2204, sob a coordenação da professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e dezesseis anos de sua alteração, a partir da Lei Nº 11.645/08, que destaca a história e cultura dos povos originários nos currículos da Educação Básica, apontando para a necessidade de ruptura epistêmica com a lógica hegemônica de uma educação monolítica, historicamente constituída a partir da base ocidental, eurocêntrica e universalizante, que subalternizou e silenciou “saberes” produzido por “outros” sujeitos, bem como “outras pedagogias” engendradas como marco de práticas da pedagogia da transgressão e da resistência.

Um conjunto de temáticas que compõem esse dossiê dialogam com o eixo central de reflexão e análise relacionado à Educação para as Relações Étnico-Raciais, como as que tratam do caráter violento e estrutural do racismo no Brasil, a EJA Popular e a Agência Criativa Negra, As Desigualdades de Raça e Gênero no campo da Educação, A Lei Nº 10.639/03 no currículo de tempo juvenil, A ausência da Implementação da Lei Nº 10.639/03 na EJA, O cordel como prática pedagógica antirracista para EJA, As Possibilidades de Limites da Implementação da Lei Nº 10.639/03 para a Gestão Escolar, As Relações étnico-raciais na EJA a partir da produção acadêmica dos últimos anos, a Pesquisa-formação e a história de vida na EJA a partir da Lei Nº 10.639/03 e a Avaliação das Políticas de Ações Afirmativas nas Universidades Públicas brasileiras.

O primeiro texto de autoria do Prof^o Dr^o Valdério Silva, intitulado: “Contribuições para Entender o Caráter Violento do Racismo no Brasil” aborda a construção das relações étnico-raciais no Brasil nos seus aspectos objetivos e subjetivos, à luz das ciências humanas, especialmente das Ciências Sociais. Para tanto, o autor discorre acerca das complexidades históricas do fenômeno na sociedade brasileira, assumindo adequações discursivas e políticas em seus distintos períodos. De acordo com esse entendimento, do ponto de vista estrutural, “o racismo interfere e influencia na definição dos

lugares sociais a que os mesmos são alocados para usufruir da distribuição dos bens produzidos socialmente, na ocupação de espaços geográficos e residenciais das cidades, e, desse modo, o sistema racial interfere no planejamento e na organização dos espaços, na alocação dos indivíduos nos cargos de comando e direção das instituições públicas e privadas, entre outros”. Logo, para o autor, tanto nos seus aspectos subjetivos, quanto nos seus aspectos objetivos “o racismo deve ser tomado como um fenômeno que somente pode ser interpretado cabalmente com o uso de métodos e ferramentas conceituais apropriadas”.

Natalino Neves da Silva, escreve o segundo texto sob o título de: EJA popular negra: notas preliminares sobre agência criativa negra. Inspirado no conceito de automapeamentos, propõe a produção de cartografias participativas antirracistas visando uma abordagem da educação étnico-racialmente referenciada. Para tanto, situa a EJA como parte das reivindicações realizadas pelo movimento negro brasileiro e por intelectuais engajados(as) na luta antirracista. Discorre sobre marcos normativos e documentais antirracistas além de traçar um perfil étnico-racial das pessoas jovens, adultas e idosas a partir de indicadores do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Para o autor, é fundamental “desvendar a agência criativa negra acerca da produção de práticas de educação popular realizada por parte de sujeitas negras e sujeitos negros, uma vez que, na narrativa da historiografia oficial, esse tipo de agência foi sistematicamente apagado”.

De autoria de Raphael Rodrigues Vieira Filho, Elisângela Carvalho Barbosa de Brito Marques e Sandra Santos de Araújo, o terceiro texto cujo o título é : Educação e desigualdades: mulheres negras e racismo em tempos de negacionismo, tem por objetivo descrever as trajetórias de mulheres negras na educação formal situando as desigualdades enfrentadas em meio à desconstrução do racismo em tempos de pandemia de COVID 19 e de ne-

gacionismo. As autoras e o autor, realizaram pesquisa bibliográfica na base de dados do Google Acadêmico visando localizar produções relacionadas à trajetória escolar de mulheres negras no enfrentamento do racismo, destacando como as desigualdades impactaram em seu cotidiano em tempos de negacionismo. Os dados encontrados revelam que as trajetórias de vida tanto das idosas negras quanto das mulheres negras em geral, em relação ao sistema educacional, são trajetórias de resiliência e resistência cotidianas. Muitas delas, por conta das exclusões, vulnerabilidades e necessidade de inserção no mundo do trabalho, necessitam abandonar os estudos, retornando na idade mais avançada, sendo a EJA uma modalidade reparadora e que, por isso, deve estar voltada a valorização da cultura e produção histórica de tais mulheres negras.

Na sequência, as autoras do quarto texto Noliene Silva de Oliveira e Eliane Boa Morte traçam uma rica análise a partir da indagação dos prováveis empecilhos para a implantação da EJA nas salas de aula da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas redes municipais soteropolitanas. Para responder a questão levantada, problematizam a ausência ou superficialidade da temática étnico-racial nos currículos da EJA o que expõe a ineficácia educacional numa cidade que é notadamente a cidade mais negra fora da África e reconhecida pela identidade plural do seu povo ao não atentar para a aplicação da Lei nº 10.639/2003 e também não conseguir dar conta das demandas e as necessidades destes sujeitos sociais. Para elas, o enfrentamento de tal cenário, ultrapassa o querer do sujeito individual ou vontade política de um grupo, requerendo e exigindo o papel e a força da coletividade cuja aderência faz sobressair a importância da aplicabilidade e implementação da supracitada lei.

No quinto texto denominado: A Educação de Jovens e Adultos (EJA): Lei Nº10 639/03 no currículo do tempo juvenil, as autoras Cecilia Conceição Moreira Soares e Ruthnelle de Oliveira Chagas convidam a reflexão acerca

do documento elaborado pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia - SEC, intitulado: Organizador Curricular da Educação de Jovens e Adultos/OCEJA em 2022, buscando evidenciar as propostas formativas e suas relações com as diretrizes que estabelece a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira. Após uma rica problematização acerca da condição histórica do negro no Brasil e a sua inserção na modalidade da educação de jovens e adultos, enfatizam que no caso do documento analisado, embora conste o tema sobre cultura afro brasileira, a descrição não assegura a aplicabilidade da lei, sendo que alguns conceitos como raça e racismo, cultura afro brasileira necessitam perpassar os saberes a serem adquiridos e espelhar nos resultados para formação cidadã no contexto social marcado pela história da escravidão dos povos africanos.

Já o artigo sexto com o texto denominado: Avaliação do Impacto das Políticas de Ações Afirmativas de Reserva de Vagas na Universidade Pública de autoria de Romilson do Carmo Moreira, analisa o efeito das Políticas de Ações Afirmativas para negros e pobres nas universidades públicas, tendo como variável de impacto a nota dos estudantes no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) no ano de 2015. Por meio de uma abordagem estatística, utilizando um método, quase experimental e com o auxílio de técnicas econométricas, o autor descreve a importância das Políticas de Ações afirmativas e sua Relação com a Educação de Jovens e Adultos – EJA, sendo essa uma modalidade que garante aos Jovens, Adultos e Idosos, recompensar por meio do processo de aprendizagem a escolaridade não realizada por conta do ciclo interrompido pelos desfavorecidos no contexto de desigualdade de oportunidades. Sendo, portanto, as políticas de ações afirmativas de reserva de vagas no contexto da educação de jovens e adultos, uma política de discriminação positiva, que aciona a perspectiva de mobilidade educacional direcionada

aos grupos sub-representados, nas minorias provenientes de processos históricos marcados pelo estereótipo da discriminação. No caso, dos estudantes cotistas das universidades públicas analisados, os achados apontaram estatística significativa com impacto positivo para as políticas de ações afirmativas de reservas de vagas. Os estudantes cotistas tiveram nota média de desempenho no exame do ENADE superior aos não cotistas.

Dando seguimento a temática do Dossiê, o sétimo texto de autoria do Ricardo Santos da Silva, professor da Rede Municipal de ensino de Salvador-Ba, cujo o título é: “Cordel com dendê na EJA: análise das posturas racistas e da cultura afro-brasileira”, busca de forma crítica e inovadora compreender como jovens e adultos conseguem afirmar nas composições textuais do Cordel os aspectos do seu viver cotidiano, legado dos seus patrimônios civilizatórios e reflexões acerca das relações étnico-raciais e os impactos do racismo nas existências da população negra. Para tanto, desenvolveu oficinas artísticas de criação da Literatura de Cordel e rodas de conversas com sujeitos da EJA das territorialidades Sussuarana Velha e Novo Horizonte. Como resultado, o autor reconhece que os “Palcos de Vivências” (que são as oficinas literárias) constituíram um espaço privilegiado de expressão criativa da linguagem do Cordel, de reflexões acerca da Diáspora Africana e compreensão dos impactos do racismo estrutural nas concepções do povo negro no Brasil.

Na sequência, o oitavo texto intitulado: “Uma visão para além das Malvinas” de autoria de Rossival Moraes, Cleide Oliveira e Jane Herber, analisa a Educação de Jovens e Adultos na sua relação com práticas pedagógicas de sala de aula que visem o desenvolvimento de uma educação antirracista. O ponto de partida central para as discussões é o Bairro da Paz, situado na Avenida Paralela, numa das áreas mais cobiçadas da capital baiana surgiu, a partir da ocupação de diversas famílias em 1982, período em que foi conhecida como

“Invasão das Malvinas”, nomenclatura associada ao conflito deflagrado entre Argentina e Grã-Bretanha. A conotação pejorativa associando a violência e morte criou uma visão de ambiente hostil e inseguro, além de deturpar a visão acerca dos/as moradores/as do bairro concebidos como marginais ou bandidos. Em linhas gerais, os resultados pontam a presença maciça de adultos desta comunidade na escola investigada, com idade superior ou igual aos quarenta e três anos de idade, o que também, mostra a ausência de adolescentes entre os alunos participantes da pesquisa. A temática racial é discutida e trabalhada que busca dar voz e vez aos saberes desenvolvidos por estes sujeitos junto a sua comunidade.

O nono texto de autoria de Girlane da Silva dos Santos e Zulma Elizabete de Freitas Madruga intitulado: As relações étnico-raciais na educação de jovens e adultos: um olhar a partir de pesquisas acadêmicas, trata de pesquisa bibliográfica, realizada nas bases de dados do Google Acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), acerca da produção do conhecimento sobre as relações étnico-raciais na Educação de Jovens e Adultos (EJA). As autoras traçam um percurso histórico da modalidade da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, localizando a sua composição para o ano de 2022 no que se refere à cor e raça. A partir da análise dos objetivos, bases teóricas, e resultados obtidos nas produções encontradas nas bases acessadas, as autoras defendem a importância de que os currículos atendam às necessidades desses indivíduos e que as práticas educativas sejam pensadas e construídas de forma contextualizada. Para tanto, a implementação da Lei 10.639/2003 oportuniza as discussões das culturas afro-brasileiras e africanas nas aulas, possibilitando que os estudantes possam conhecer a história dos antepassados que muito contribuíram para constituição da sociedade, mas que ao longo

do tempo foram inviabilizando pelas políticas públicas do país.

Fechando o Dossiê o texto sob o título: “Pesquisa-formação e história de vida: entreolhares da lei 10.639/03 na educação de jovens e adultos”, de autoria de Joilson Batista de São Pedro e Carla Liane Nascimento dos Santos apresenta resultados de uma pesquisa-formação realizada com professores que atuam na EJA em uma escola pública em Cairu-BA. Tal pesquisa-formação, analisou, por meio de memoriais, narrativas de tais professores com o objetivo de compreender as percepções e práticas destes em relação à Lei 10.639/03 no contexto da EJA. Como culminância da análise de tais narrativas, os autores desenvolveram o dispositivo pedagógico dos “Ateliês Formativos Interdisciplinares” como proposta interventiva para aplicação da Lei 10.639/2003 e os desdobramentos, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004). Com isso, os autores esperam contribuir para a formação docente enfatizando a qualidade dos saberes pedagógico-didáticos relacionados à uma pro-

posta de educação antirracista, pluriétnica e decolonial pautada na ação-reflexão-ação na EJA.

Vale destacar que o presente dossiê expressa o esforço de reunir produções qualificadas de pesquisadores atuantes no campo da EJA com interfaces a partir de tais produções com o campo da Educação para as relações étnico-raciais de forma a oferecer às (aos) leitores importante contribuição teórico-prática para o debate antirracista e para os estudos decoloniais na contemporaneidade. Pretende-se, portanto, a partir deste número, apresentar os limites e eficácia das legislações impositivas na gestão e nas práticas pedagógicas produzidas no cotidiano escolar, destacando, por um lado, a persistência e impacto do racismo estrutural na educação e sua consequente invisibilização de elementos históricos e culturais dos povos negros e indígenas brasileiros e por outro lado, revelando o alcance de currículos transgressores e decoloniais na promoção de uma educação libertadora e para a valorização da interculturalidade na EJA.

Desejamos uma excelente leitura!!! Saudações Antirracistas e Decoloniais!

Os organizadores